

CONTA PRA MIM: DIÁLOGOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2019) E A EDUCAÇÃO DOMICILIAR

“CONTA PRA MIM”: DIALOGUES WITH THE NATIONAL LITERACY PROGRAM (2019) AND HOMESCHOOLING

Cláudia Maria Mendes Gontijo

Universidade Federal do Espírito Santo
clammgont@gmail.com

Ana Carolina de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo
acof0708@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva problematizar o programa *Conta pra Mim*, do Ministério da Educação (MEC), como ferramenta de fortalecimento da educação domiciliar no Brasil. Adota, como referencial teórico, conceitos da perspectiva bakhtiniana de linguagem, para fundamentar a metodologia de pesquisa, e os estudos de Apple (2003) e Freitas (2017) nas análises dos enunciados que constituem o *Conta pra Mim*. Emprega a pesquisa documental, com abordagem qualitativa, por ter como objeto de estudos documentos produzidos pelo MEC para subsidiar e orientar ações no âmbito do programa. Conclui que o *Conta pra Mim*, efetivamente, está articulado ao projeto conservador em ascensão que retira do Poder Público o dever de educar, desconsiderando a realidade nacional ainda fundada em desigualdades sociais e econômicas.

Palavras-chave: *Conta pra Mim*; educação domiciliar; alfabetização; leitura; reforma educacional.

ABSTRACT

This article aims to problematize the program “Conta pra Mim” of the Ministry of Education (MEC) as a tool for strengthening homeschooling in Brazil. It adopts, as a theoretical framework, concepts from the Bakhtinian perspective of language to support the research methodology, and the studies of Apple (2003) and Freitas (2017) in the analysis of the utterances that constitute the program “Conta pra Mim”. It uses documentary research with a qualitative approach, as it focuses on studying documents produced by MEC to support and guide actions within the program. It concludes that the program “Conta pra Mim” is effectively linked to the emerging conservative project that removes the responsibility of education from the State, disregarding the national reality still rooted in social and economic inequalities.

Keywords: “Conta pra Mim”; homeschooling; literacy; Reading; educational reform.

Considerações iniciais

Este artigo, parte de uma pesquisa mais ampla, tem como objetivo problematizar o programa *Conta pra Mim*, do Ministério da Educação (MEC), como ferramenta de fortalecimento da educação domiciliar no Brasil. Foi instituído por meio da Portaria n.º 421, de 23 de abril de 2020, como programa de literacia familiar do Governo Federal e, portanto, está vinculado à Política Nacional de Alfabetização (PNA) de 2019.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos, como referencial teórico, conceitos da perspectiva bakhtiniana de linguagem para fundamentar nossa metodologia de pesquisa. Nessa direção, é importante sublinhar que Bakhtin (2003) considera o texto (escrito, oral, imagético etc.) como dado primário de todas as disciplinas do pensamento humanista. Em sentido amplo, são compreendidos como “pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos” (BAKHTIN, 2003, p. 308). Assim, o texto “é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências)” (BAKHTIN, 2003, p. 307) produzida por sujeitos historicamente situados com a finalidade de atingir determinados objetivos. Por isso mesmo, estão carregados de intencionalidades que se expressam desde a escolha das pessoas que participarão do projeto discursivo (os autores) até a definição do seu auditório social, ou seja, para quem se destinam.

Optamos por realizar uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, por termos como objeto de estudos textos concretizados em documentos publicados pelo MEC para fundamentar e orientar ações no âmbito do programa. Assim, o *corpus* discursivo é composto por enunciados produzidos sobre o *Conta pra Mim* e a educação domiciliar, por normativos legais, pelo caderno da PNA (BRASIL, 2019b), pelo documento intitulado *Conta pra mim: guia de literacia familiar* (BRASIL, 2019a) e por decretos. Os estudos de Apple (2003), Freitas (2017) e Ravicht (2011) auxiliaram as análises dos enunciados que constituem o *Conta pra Mim*, ou seja, contribuíram para a compreensão do programa em foco e sua articulação com a educação domiciliar.

Considerando o objetivo deste texto, é importante retomar o art. 26, itens 1 e 3, da Declaração dos Direitos Humanos:¹

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória [...].
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Atualmente, não é mais questionada que a educação é um direito fundamental de todas as cidadãs e de todos os cidadãos. Apesar de não haver dúvidas quanto a esse direito, o escrito no item 3 do art. 26 da Declaração tem produzido debates que se atualizam, no Brasil, por exemplo, nos momentos em que são discutidas as diretrizes e as bases que orientam a educação nacional.

Nessas ocasiões, a querela gira em torno da obrigatoriedade escolar, ou seja, do dever do Estado de educar e dos pais de matricular seus filhos na escola pública. Nesse sentido, há aqueles que argumentam que a obrigatoriedade escolar não pode se sobrepôr ao direito das famílias de escolher a educação que será ministrada para suas filhas e filhos. Essa questão está presente na Declaração dos Direitos Humanos, pois, mesmo que a instrução elementar ou fundamental tenha sido proclama-

¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948.

da obrigatória, aos pais é facultado o direito de escolher a educação que será ministrada para as suas filhas e seus filhos. Jean Piaget, no texto intitulado *Le droit à l'éducation dans le monde actuel*, publicado em 1950, no livro *Les droits de l'esprit: six études sur les aspects culturels de la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme*, discutiu esse tema.

Assim, ao defender a educação como um direito fundamental dos seres humanos, esse autor problematizou o direito de escolha dos pais, argumentando que há pais excelentes e aqueles que não são tão bons. Os primeiros buscam proteger suas crianças e criar condições para o pleno desenvolvimento da sua inteligência. Os segundos, no entanto, segundo Piaget (1950), hesitam, por exemplo, em levar suas filhas e filhos ao médico ou em aceitar conselhos de um psicólogo, porque, muitas vezes, confiam mais nas práticas vivenciadas e experimentadas ao longo de suas vidas do que nos conhecimentos que ancoram as práticas desses profissionais.

De acordo com esse autor, não são apenas as práticas de saúde física e mental recomendadas por médicos e psicólogos que são questionadas por mães e pais. Também os métodos de ensino, principalmente os ativos, propostos em seu tempo como renovações educacionais baseadas em resultados de pesquisas desenvolvidas nos campos da Biologia e da Psicologia do desenvolvimento, quando comparados com experiências escolares das mães e pais, a sua aplicação nas escolas era questionada.

Por um lado, a não aceitação dos novos métodos se devia, segundo Piaget (1950), ao fato de as mães e pais confiarem mais nos métodos conhecidos (elas e eles aprenderam com os métodos antigos). Por outro, a ideia de que suas filhas e filhos fariam parte de experiências, tornando-se, de certa forma, "cobaias", levava ao aumento da desconfiança, pois os novos métodos poderiam, ao invés de auxiliar as crianças, trazer dificuldades para o seu desenvolvimento.

Com relação a essas questões que também na atualidade merecem nossa atenção, Piaget (1950) assinalou, sabiamente, a necessidade de um bom relacionamento entre família e escola, argumentando possibilidades de aprendizagens mútuas e atuação conjunta que poderiam levar ao pleno desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

No que concerne ao dever do Estado de educar (obrigatoriedade escolar), Piaget (1950) argumentou que essa é uma questão de justiça social, porque havia, em diferentes partes do mundo, crianças e pessoas adultas privadas da educação. Em sua visão, mesmo que a educação primária tivesse se tornado obrigatória em quase todos os países, a aplicação das leis nacionais que proclamavam a obrigatoriedade escolar não era efetiva, pois, em muitos países, o número de escolas e professores era insuficiente, com relação à população em idade escolar, e havia um considerável contingente de pessoas adultas analfabetas.

Sendo a obrigatoriedade escolar uma questão de justiça social, é importante entender quem se beneficia, na atualidade, da educação domiciliar, quem reivindica o direito de escolha e por que defendem esse direito. O *Conta pra Mim* que, em nossa opinião, é uma das ferramentas de fortalecimento desse tipo de educação, foi pensado no bojo de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no Brasil após o golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a presidenta Dilma Roussef, legitimamente eleita, e, dessa forma, juntamente com a PNA, está diretamente relacionado com a ascensão da direita conservadora e elitista ao poder em nosso país.

Isso posto, dividimos este artigo, excetuando as considerações iniciais, em três partes: na primeira, discutimos a implementação do *Conta pra Mim* e sua articulação com a PNA; na segunda, conforme o objetivo central deste texto, problematizamos o programa como ferramenta de fortalecimento da educação domiciliar; e, na última, tecemos algumas considerações.

Criação e implementação do *Conta pra Mim* e sua articulação com a PNA

Como mencionado, o *Conta pra Mim* foi instituído por meio da Portaria n.º 421, de 23 de abril de 2020. O programa foi elaborado a fim de atender às propostas previstas no Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a PNA. Segundo Fiorin (2011), política é relação de poder e está presente em todas as dimensões da vida. Nesse sentido, a aprovação de uma política para todo o território nacional se insere no jogo de forças e de disputas pelo controle de como deve ser pensada e praticada a alfabetização no Brasil e visa a atender a objetivos estabelecidos por aqueles que detêm o poder político e econômico em um dado contexto histórico e social.

A PNA está circunscrita, ainda, na arena de lutas ideológicas e conceituais no campo da alfabetização. Os sujeitos que ocuparam postos de comando no MEC, no Governo Bolsonaro, buscaram estabelecer uma relação direta entre alfabetização e melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade. Desse modo, os mentores da política, ao depositarem em um programa a responsabilidade de elevar o desempenho social e escolar, eximem-se de pensar em um projeto mais complexo que promova a transformação social na qual a equidade seja concebida como princípio.

A noção de alfabetização atrelada ao desenvolvimento econômico e social de uma nação presente na PNA é recorrente ao longo da história (GRAFF, 1994). Por isso, no que tange à política e ao *Conta pra Mim*, a escolha dos métodos e a opção pelo cientificismo são justificadas pela busca por resultados e eficiência no processo de ensino e aprendizagem da língua escrita na fase inicial de alfabetização das crianças que, no imaginário social, está vinculada a uma possível mudança no nível socioeconômico. Sendo assim, faz-se uma associação, quase orgânica, entre o desenvolvimento econômico e social e os níveis individuais de alfabetização e da sociedade. Entretanto, como assinala Graff (1994), a alfabetização não tem uma relação tão direta com o desenvolvimento econômico e cultural de uma população, pois, para ele, países que alcançaram níveis de desenvolvimento econômico elevados não conseguiram, ao mesmo tempo, elevar as condições de vida das pessoas.

Todavia, mesmo que não haja uma relação direta entre desenvolvimento e alfabetização, acreditamos que é necessário relativizar essa visão. Partindo do princípio de que a alfabetização é um direito humano fundamental, entendemos que pode contribuir com o projeto de transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos, constituindo-se em uma base essencial para o desenvolvimento pessoal, pois colabora com a formação do pensamento crítico. Nessa perspectiva, defendemos que ser uma cidadã ou cidadão alfabetizada(o) é uma das formas de ter assegurado o direito de participar e agir no mundo em que a escrita é um bem cultural que mediatiza as relações humanas nas mais diversas esferas de comunicação e vivência.

Nessa perspectiva, defendemos que a alfabetização, como prática social, cultural e política, possibilita que os sujeitos aprendizes acessem o direito à educação, historicamente negado à grande parte das mulheres, indígenas, negras, negros e pobres. Sendo assim, tomar a alfabetização como parte de um contexto amplo e complexo nos permite enxergá-la como uma prática que auxilia no enfrentamento das disparidades sociais, cabendo, portanto, ao Estado o dever de educar com base em um projeto de nação que promova a justiça social, a solidariedade, o bem-estar e o pleno desenvolvimento de todos os seres humanos sem discriminação.

A partir do momento em que a PNA foi oficializada e passou a integrar a cadeia de comunicação discursiva da educação brasileira, ela se tornou parte da vida da sociedade e, portanto, influencia não somente os modos de ensinar e aprender nas escolas, mas também a vida das famílias. O art. 8º do Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, prevê que, para garantir o desenvolvimento da PNA, serão

propostos programas, ações e instrumentos. Nesse sentido, o *Conta pra Mim* é parte desse projeto que pretendeu mudar os rumos da alfabetização nacional. O inciso IV do referido artigo prevê a promoção da literacia familiar, que é tema central do programa.

A **literacia** é entendida na PNA (BRASIL, 2019b, p. 21) como “[...] conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva”. A **literacia familiar**, por sua vez, é definida como “[...] conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores” (PNA, 2019, p. 4). A aproximação com as famílias, como afirmado por Piaget (1950), pode ser uma experiência potente, entretanto também pode ser analisada por uma outra perspectiva, ou seja, como determinados valores, ideologias etc. de grupos sociais ou classe social passam a penetrar o meio familiar por meio da definição das práticas cotidianas de leitura, de diálogos e relacionamentos, permitindo, assim, a disseminação de ideologias que asseguram a perpetuação das relações de dominação.

Carlos Francisco de Paula Nadalim, secretário de Alfabetização no período do Governo Bolsonaro, é um defensor do movimento do *homeschooling*. Antes de ser nomeado secretário de Alfabetização, do MEC, já produzia vídeos no canal do *YouTube* e escrevia em um blog sobre como as mães e os pais deveriam educar seus filhos em casa.² O blog de Nadalim é aberto ao público e há conteúdo disponível para as famílias que se interessam pela educação domiciliar, como podemos ver na imagem a seguir.

Figura 1 – Blog Como educar seus filhos em casa

SOBRE O BLOG

O Blog **Como educar seus filhos** reúne dicas úteis sobre o que há de melhor em educação infantil. O que você aprenderá aqui é valiosíssimo e o(a) colocará, de uma vez por todas, num caminho seguro com relação à educação de seus filhos.

Carlos Nadalim

Pai de Francesco e Teresa e marido de Bárbara, Carlos Nadalim é também coordenador pedagógico na escola Mundo do Balão Mágico, em Londrina, cidade onde mora. Junto com Arno Alcântara, é co-fundador do blog “Como Educar seus Filhos”, em que publica vídeos, entrevistas e artigos com dicas para os pais sobre educação infantil, especialmente no tocante à alfabetização domiciliar. Já ensinou, pela internet, 1630 pais e mães a alfabetizarem seus filhos em casa, por meio do curso “Ensine seus Filhos a Ler – Pré-alfabetização”.

Exercícios rítmicos para crianças de 3 a 5 anos

2 MINUTOS | Estas atividades ajudarão seu pequeno a

Fonte: Blog Como educar seus filhos em casa (2022).

O blog fornece um acervo de textos que orientam a prática do *homeschooling* (educação familiar). Dentre esses, podemos citar o livro de autoria de Nadalim (2015), no formato e-book, intitulado *As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa*, disponibilizado gratuitamente no blog. Conforme percebemos, a perspectiva do livro vai ao encontro das concepções teóricas assumidas pela PNA e pelo *Conta pra Mim*. Nadalim assinala que se especializou no campo da alfabetização por meio da compra de métodos nacionais e internacionais, como constatamos no enunciado a seguir.

² Para além disso, Nadalim foi professor no ensino superior e coordenador de uma escola em Londrina – Paraná. O secretário é formado em Direito e é mestre em Educação (BRASIL, 2019).

O problema é que eu não sabia nada de educação de crianças. Visitei então o professor Luiz Carlos Faria da Silva, um estudioso da alfabetização, que me indicou alguns métodos que ele considerava mais eficazes. Eram métodos de fluência em leitura e de alfabetização. Passei a pesquisar, a estudar, comprei métodos nacionais e internacionais e, aplicando-os no dia a dia da escola, em poucas semanas pude perceber que as crianças estavam melhorando. Elas se tornaram capazes não só de memorizar poesias de autores clássicos da língua portuguesa, mas também de compreendê-las (NADALIM, 2015, p. 8).

Luiz Carlos Faria da Silva,³ segundo Nadalim, anuncia em um vídeo, em seu canal do *YouTube*, que é um dos maiores homeschoolers do país. O professor, em novembro de 2016, em matéria publicada no blog *AlfaeBeto*, enfatizou a defesa da educação domiciliar. Silva (2016) entende que “[...] a liberdade de ensinar e de aprender, e a liberdade dos pais educarem seus filhos, segundo suas convicções morais e religiosas, são irrenunciáveis se a sociedade quer merecer a caracterização de sociedade de homens e mulheres livres”. Ele afirma, ainda, em entrevista gravada pela Escola Dom Pedro, que o Brasil nunca tentou usar o método fônico e que as cartilhas são confundidas com o método fônico no imaginário social.

Argumentamos, no entanto, que, por um lado, essa perspectiva não valoriza a escola como espaço público de apropriação de conhecimentos. Por outro, mesmo tomando como base o direito de escolha dos pais como justificativa, a educação que ocorre no espaço doméstico passa a ser definida, ditada, na maioria das vezes, por entes e organismos privados externos (organizadores de materiais) que pretendem formar as pessoas com base em um único pensamento. Além disso, parecem desconhecer que, apesar de a Declaração dos Direitos Humanos articular direitos que visam, acima de tudo, a garantia da dignidade da pessoa humana, porque “todos nascem livre e iguais em dignidade e direitos”, infelizmente, a maioria das famílias brasileiras ainda são privadas do direito a salários justos, à moradia digna, à alimentação saudável e vestuário.

Como os sujeitos produzem suas obras e as compreendem “com sua visão de mundo já formada, do seu posicionamento, de seu ponto de vista” (BAKHTIN, 2003, p. 578), Carlos Nadalim, ao liderar a organização e elaboração da PNA, em diálogo com um grupo de especialistas e em conjunto com a equipe técnica da Secretaria, deixou materializada em uma política pública e nacional suas posições em defesa da educação familiar. No que se refere à formação acadêmica, os profissionais chamados para pensar a política de alfabetização, em sua maioria, estão distantes do campo da alfabetização.

Esse é outro aspecto que não pode ser esquecido, pois, apesar de existirem, no Brasil, referências nesse campo, elas e as professoras alfabetizadoras não são ouvidas e nem participam da articulação dos rumos da alfabetização de um país tão diverso como o Brasil. O argumento que sustenta o silenciamento da pesquisa e prática nacional no campo da alfabetização é a suposta necessidade de sustentar a PNA em pesquisas baseadas em evidências científicas. Portanto, essas pesquisas são vistas pelas e pelos idealizadores da PNA e do *Conta pra Mim* como verdades e, ainda mais, como “inovações”. Segundo Bakhtin (2003, p. 372), “nenhuma corrente científica é total”, ou seja, consegue dar conta da complexidade dos fenômenos humanos. Também nunca existiu uma única corrente do pensamento científico, linguístico etc. Porém, há aquelas que são dominantes em um determinado contexto sócio-histórico e político. Nessa direção, as pesquisas desenvolvidas, em sua maioria, no estrangeiro, que têm desenho metodológico experimental ganhou espaço e destaque na fundamentação da PNA.

3 Professor assistente da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

No que tange ao *Conta pra Mim*, é necessário salientar que a equipe que elaborou o programa é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Também foram consultados pesquisadores estrangeiros, para dialogar, por exemplo, sobre a leitura. Quanto à revisão técnico-científica, uma pesquisadora da área da Saúde, com formação e especialização em Psicologia, foi a única apontada para realizar o trabalho. Nadalim, por sua vez, foi responsável por revisar o conteúdo proposto por Eduardo Federizzi Sallenave.⁴

Como mencionado, o *Conta pra Mim* tem como principal objetivo a promoção da literacia familiar. O suporte da família, segundo o programa, é considerado fundamental para a criança adquirir habilidades linguísticas e de literacia (BRASIL, 2019). Assim, o programa é voltado para o espaço domiciliar, mesmo que evidencie, ao longo do guia, a sua relação com a escola. Destacamos, conforme a Portaria n.º 421, de 23 de abril de 2020, em seu art. 2º, que esse programa é destinado a todas as famílias, tendo prioridade as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O programa, articulado em dezembro de 2019, antes da pandemia do Sars-Cov 19, inicialmente, tinha como objetivo instalar, em 2020, nas escolas, o Cantinho *Conta pra Mim*. Esses cantinhos, segundo o MEC, seriam espaços em que as professoras da rede pública ensinariam às mães e aos pais as práticas de literacia familiar e receberiam as crianças. A ideia era criar cinco mil espaços em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas para ensinar técnicas para os responsáveis praticarem a literacia no contexto domiciliar (BRASIL, 2019).⁵

Com o objetivo de formar tutores para atuar nos cantinhos, a capacitação desses profissionais aconteceria por meio de formação semipresencial. Sendo assim, uma parte do curso de formação seria *online* e a outra parte seria realizada por técnicos da Secretaria de Alfabetização. Com essa proposta, as professoras receberiam uma bolsa de 300 a 400 reais para executar as atividades com as famílias. Para colocar em prática o ensino das técnicas, o MEC pensou em organizar três oficinas para cada família, com duração de uma hora (BRASIL, 2019).

Para além disso, a verba destinada à implementação do programa (45 milhões) também seria utilizada para desenvolver *kits* de literacia que seriam compostos, de acordo com o MEC, por livros infantis, caderno de desenho, giz de cera e o guia de orientações (BRASIL, 2019). A previsão era de que cerca de um milhão de crianças fossem beneficiadas pelo programa, assim como anunciado no trecho a seguir:

O ministério vai destinar esses espaços a famílias de baixa renda com crianças de 3 a 5 anos e que recebam o Bolsa Família. A previsão é de que mais de 1 milhão de brasileirinhos sejam beneficiados. O MEC estima ainda que dez mil bolsistas devam participar do programa. A adesão de municípios e estados ao programa vai acontecer no primeiro semestre do ano que vem (BRASIL, 2019).

Tendo em vista o público-alvo do programa, podemos inferir que há uma desconexão com a realidade nacional. Como mencionamos, no Brasil, a população em vulnerabilidade socioeconômica encontra dificuldades para sobreviver, ou seja, para garantir, por meio do trabalho, condições dignas de vida. São populações que não têm garantidos direitos básicos para a sobrevivência. Desse modo, os idealizadores do *Conta pra Mim* desconhecem as desigualdades presentes na sociedade brasileira e, portanto, o discurso que ancora o programa é permeado por um conteúdo ideológico que busca neutralizar as contradições inerentes à sociedade capitalista. Ao propor o programa, podemos dizer que o Estado acaba se tornando o principal violador do direito à educação pública e obrigatória.

4 Professor do Instituto Federal de Brasília formado em História e Pedagogia.

5 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/83281-mec-lanca-programa-counta-pra-mim-para-incentivar-a-leitura-de-criancas-no-ambiente-familiar>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Bakhtin (2006, p. 46) salienta que: “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Assim, percebemos que, em certa medida, as mães e os pais, conforme a concepção identificada pelo *Conta pra Mim*, podem passar a ser responsabilizados e a ser responsáveis pela alfabetização das crianças no contexto domiciliar. Ao mesmo tempo, precisamos questionar: quais famílias de fato têm ou tiveram acesso a esse material, se considerarmos que os materiais estão disponíveis em formato online e que, em 2019, as famílias mais empobrecidas sequer tinham acesso à internet de qualidade?

Antes de firmar a parceria com creches, pré-escolas, museus e bibliotecas, o MEC realizou a socialização do programa em outro ambiente. Diante disso, como o programa é destinado à família, a forma de divulgação, no primeiro momento, não se deu via escola. A estratégia utilizada para alcançar as famílias foi promover uma viagem da mascote “Tito”, que representa o programa, por algumas capitais do país. O principal espaço de divulgação foram os *shoppings*, como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 1 – Imagem da rota de divulgação do programa *Conta pra Mim*



Fonte: Sítio eletrônico do Ministério da Educação.

Nos eventos que aconteceram nos *shoppings* (Figura 2), houve contação de história, distribuição de exemplares, brincadeiras, jogos e o compartilhamento de técnicas de literacia familiar para os pais (BRASIL, 2019). A duração da campanha de divulgação foi de dez dias, então as famílias tinham a oportunidade de ter contato com o programa e ter acesso a contadores de história treinados pelo MEC.

Figura 2 – Visita da mascote “Tito” ao shopping em Curitiba



Fonte: Sítio eletrônico da Folha de São Paulo. Foto de Rodolfo Buhner/Folhapress.

Percebemos o afastamento da alfabetização, em especial da leitura, do espaço público. A opção do MEC em divulgar um programa que tem investimento público em *shoppings* leva-nos a inferir que há uma aproximação com a ideologia neoliberal, que transforma direitos em serviços no interior do livre mercado (FREITAS, 2018). Assim, a leitura, que consideramos um ato social, político e cultural, é esvaziada ao ser enxergada como uma prática que pode ser ensinada por meio de treinamentos em *shoppings*. Verificamos esse fato no enunciado abaixo:⁶

As atividades de literacia familiar são simples, mas capazes de influenciar significativamente no desenvolvimento intelectual já na fase pré-alfabetização, antes do começo das primeiras aulas na escola. Meninos e meninas que são estimulados desde cedo à leitura e à brincadeira dentro de casa tendem a chegar mais aptos e habilidosos nos anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2019).

A utilização de termos como “aptidão” e “habilidade” reforça a noção de aproximação com as ideias neoliberais, que visam à eficiência, como já evidenciado por Mortatti (2019).

Entendemos que, devido às crenças de quem coordenou a alfabetização no MEC, o professor Carlos Nadalim, o treinamento de mães e pais para ensinar práticas de leitura aos seus filhos em casa pode ser o primeiro movimento para aproximar as famílias do projeto de educação domiciliar, que foi uma das pautas destacadas do governo Bolsonaro.

Conta pra Mim como ferramenta de fortalecimento da educação domiciliar

O movimento do *homeschooling*, como destacam as pesquisas de Bastos (2013), Barbosa (2013), Andrade (2014), Busch (2014), Kloh (2014), Cardoso (2016), Vasconcellos (2016), Alejarra (2017), Bernardes (2017), Novaes (2017), Pessoa (2019) e Santos (2019), tem a sua origem nos Estados Unidos, na década de 1970, e sua popularidade aumenta nos anos de 1980. Na década de 1970, estava associado ao movimento hippie nos Estados Unidos e, conforme Santos (2019), a partir dos anos 1980, o *homeschooling* passou a atuar com um cunho religioso com aspirações conservadoras.

Os principais pensadores que postularam a possibilidade de uma sociedade sem escolas são Ivan Illich (1973) e John Holt (2006). Suas obras, respectivamente denominadas *Sociedades sem escola* e *Aprendendo o tempo todo*, ajudam-nos a pensar a constituição do *homeschooling* (educação domiciliar), especialmente nos Estados Unidos, como movimento (SANTOS, 2019). Em prol desse movimento, foi criada, em 1983, nos Estados Unidos, a *Home School Legal Defense Association* (HSLDA) (BARBOSA, 2013).

A HSLDA é uma associação cristã sem fins lucrativos, com mais de 30 anos de existência e conta com 80.000 membros associados. Apoiar as famílias praticantes de *homeschooling*. A Associação tem como seu fundador o advogado Mike Farris. Nos anos de 1980, ele começou a defender juridicamente as famílias que procuravam uma educação alternativa. Desse modo, a HSLDA auxilia famílias nos âmbitos legal e educacional e no aspecto comunitário, acompanhando modificações nas legislações educacionais que possam afetar a educação domiciliar. No sítio eletrônico da Associação, há um campo com o mapa dos Estados Unidos que indica a lei referente ao *homeschooling* em cada Estado do país. Para além disso, na mesma página, existe uma aba em que os internautas podem consultar a situação legal do *homeschooling* no mundo todo (disponível em: <https://hsllda.org/legal>).

6 Evento retirado do site do Ministério da Educação. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/83281-mec-lanca-programa-counta-para-mim-para-incentivar-a-leitura-de-criancas-no-ambiente-familiar>. Acesso em: 10 mar. 2021).

Desse modo, o movimento em prol da regulamentação do *homeschooling*, no Brasil, não está dissociado do que ocorre em outras partes do mundo e se insere no bojo de discussões sobre a educação como direito social. Apesar de essa prática ainda não ser regulamentada no Brasil, entendemos que, com o governo do ex-presidente Bolsonaro, houve avanço no sentido de legitimação da proposta. Em janeiro de 2019, quando Bolsonaro assumiu a Presidência, propôs metas para os primeiros cem dias de governo. Dentre elas, estava a legalização da educação domiciliar. No bojo de uma “nova” política de alfabetização (a PNA), como mostrado, o Governo lançou o *Conta pra Mim*, que tem como objetivo divulgar a literacia familiar. Nesse sentido, esse programa, por meio do documento denominado *Conta pra mim: guia de literacia familiar* (BRASIL, 2019), de vídeos, de redes sociais e áudios em plataformas digitais, como o Spotify, busca formar as mães e os pais para iniciar o processo de alfabetização das crianças em casa.

Compreendemos que o *Conta pra Mim* afasta a alfabetização da arena pública de debate e, desse modo, podemos dizer que está atrelado a ascensão da direita ao poder que, por sua vez, não estava desgarrado de movimentos internacionais. Conforme Apple (2003) e Freitas (2018), a nova direita produz um discurso de cunho negativo sobre tudo que é inserido na dimensão política, ideológica e pública. De acordo com Freitas (2018, p. 22), na perspectiva da “nova direita”, “[...] o que está em jogo é a própria ‘liberdade pessoal e social’ que precisa ser defendida a qualquer custo para deter a ideia de uma economia planificada (contrária ao livre mercado), de onde – dizem – advêm o ‘esquerdismo’ e o ‘comunismo’” (FREITAS, 2018, p. 22).

Com essa premissa, de forma violenta, a “nova direita”, que defende uma suposta liberdade individual, contraditoriamente, apoia golpes de estado e ditaduras em nome do capitalismo. “Dessa forma, compreendemos que estes defensores do liberalismo econômico abram mão da democracia para garantir o que conceituam como ‘liberdade’, legitimando golpes militares e/ou jurídico-parlamentares-institucionais” (FREITAS, 2018, p. 26). Sendo assim, Freitas (2018) alerta que, para assegurar o desenvolvimento do capitalismo, eles abdicam, em alguns momentos, da ética e entendem que, se for necessário renunciar à democracia, por exemplo, não tem problema quando o objetivo final é preservar o livre mercado.

Apple (2003) acrescenta que, na realidade estadunidense e britânica, aliado à defesa do livre mercado pelos neoliberais, outros grupos se interessaram por esse projeto e trouxeram novos elementos para contribuir com o movimento. Desse modo, segundo Apple (2003, p. 13), o bloco que defende o projeto neoliberal e conservador para a sociedade é composto por quatro grupos distintos:

o primeiro grupo é o que eu chamo de neoliberais. Estão profundamente comprometidos com mercados e com a liberdade enquanto ‘opção individual’. O segundo grupo, os neoconservadores, tem a visão de um passado edênico e quer um retorno à disciplina e ao saber tradicional. O terceiro é o que eu chamo de populistas autoritários — fundamentalistas religiosos e evangélicos conservadores que querem um retorno a (seu) Deus em todas as nossas instituições. E, por fim, os desenhistas de mapas e especialistas em dizer se chegamos ou não a nosso destino são membros de uma fração particular da nova classe média de gerentes e de profissionais qualificados.

Com base nesse trecho, verificamos que os grupos são diversos e, assim, concordamos com Apple (2003), quando afirma que há contradições dentro do bloco, porém há elementos que os une e um deles é o medo do outro. Apple (2003, p. 58) chama a atenção para o fato de que as “oposições binárias nós/eles dominam esse discurso, e a cultura do ‘Outro’ inspira medo”. Esse medo pode ser compreendido porque, segundo Bakhtin (2011), ao nos encontrarmos com a cultura do outro nos alteramos e com isso há produção de outros sentidos, outras ideias etc. Tomamos as palavras de Bakhtin (2011, p. 366, *itálico no original*):

Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades do sentido [...]. Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas elas se enriquecem mutuamente.

Por isso, a escola se tornou um espaço que gera medo e insegurança nessa parcela da população, pois nela há encontros de culturas. A partir do momento em que a escola, principalmente a pública, passou a ser mais democrática, ela começou a sofrer ataques severos. Associado ao desejo de privatização das esferas públicas pelos neoliberais, a escola pública passa por um processo de sucateamento e desmoralização.

Apple (2003) mostra que, nos Estados Unidos, esses movimentos têm uma forte aprovação, porque a narrativa de que as escolas públicas são espaços que desperdiçam dinheiro foi construída com base no argumento de que tudo que é público é ruim. No contexto norte-americano, o movimento de privatização transformou em senso comum o pensamento de que a educação é mais um serviço no interior do livre mercado e que deve ser respeitado o direito de escolha do consumidor (mães, pais, alunas e alunos) (APPLE, 2003; FREITAS, 2018).

Ravitch (2011) também colabora com o diálogo, ao pesquisar como se constituiu a privatização da educação ao longo dos anos nos Estados Unidos. A pesquisadora participou de forma ativa das reformas, visto que, durante anos, ela trabalhou para o Governo em diferentes administrações. Temos conhecimento de que o sistema educacional estadunidense, especialmente no que concerne à sua organização, é diferente do brasileiro. Sendo assim, o que nos interessa no trabalho de Ravitch (2011) é a discussão que a pesquisadora promove a respeito da destruição do sistema público de educação. Ravitch (2011) anuncia como as reformas, com o passar do tempo, incentivaram a privatização das escolas no país. Esse processo foi moldado com o esforço de diferentes setores da sociedade (empresários, economistas, políticos e meios de comunicação). A autora evidencia os principais pontos associados à privatização: escolha escolar, escolas autônomas, pagamento por mérito e responsabilização.

O que chama a atenção é que os debates sobre essas propostas sempre estavam ligados às intenções do livre mercado. Assim, o que importava era a eficácia e o retorno quantitativo gerado pela educação. Concordamos com Freitas (2018, p. 29), quando realiza uma análise sobre o processo de privatização da educação, ao assinalar que: “A educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização” e também a adoção da educação domiciliar.

A responsabilização do outro e a transferência de culpa para a esfera pública desviam a atenção dos processos de exclusão promovidos pelo capitalismo e pelo neoconservadorismo. Apple (2003) mostra que a noção de que a educação domiciliar é a solução, leva ao individualismo e à privatização de todas as esferas que constituem a vida em sociedade. Verificamos que o movimento em prol do *homeschooling* “Oferece uma ‘zona de segurança’ tanto física quanto ideológica” (APPLE, 2003, p. 217). Nessa perspectiva, com essa forma de educação, perde-se o encontro com o outro, as possibilidades de transformação diminuem, pois isso é fundamental para a implementação de um projeto neoconservador.

Considerações finais

Este artigo objetivou *problematizar o Programa Conta pra Mim, do MEC, como ferramenta de fortalecimento da educação domiciliar no Brasil*. Destacamos, ao longo do texto, como foi a criação e o processo de implementação do *Conta pra Mim* e como se articula ao projeto de educação domiciliar que, por sua vez, está em desconexão com o caráter público da educação e da alfabetização.

É necessário destacar, como assinala Santos (2019), que o diálogo acerca da educação domiciliar no Brasil está sendo proposto pelos mesmos protagonistas do movimento Escola sem Partido, nomeado de “lei da mordça”, devido ao seu caráter conservador e repressor. O Escola sem Partido teve o seu primeiro movimento no Brasil em 2004. A pesquisadora ainda evidencia que há um vínculo da família Bolsonaro com as duas propostas.

Se o apoio da família Bolsonaro ao movimento Escola sem Partido é explicitado, o apoio à Educação Domiciliar também é uma realidade. Eduardo Bolsonaro é autor do Projeto de Lei (PL) n.º 3.261/2015, apresentado à Câmara dos Deputados em 8 de outubro de 2015, cujo objetivo é autorizar o ensino domiciliar na Educação Básica, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 21 de outubro de 2015, o PL de Eduardo Bolsonaro foi apensado ao PL n.º 3.179/2012, de autoria de Lincoln Portela, que também dispõe sobre a Educação Domiciliar (SANTOS, 2019).

Considerando os sujeitos que propõem a agenda do *homeschooling* no país, como Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro e Damares Alves, entendemos que a pauta conservadora permeia esse modo de se fazer educação. Santos (2019) expõe, conforme elucidado pela advogada Nina Ranieri, que os posicionamentos favoráveis à educação domiciliar estão associados à defesa de liberdade de escolha educacional das famílias, fato que a aproxima do projeto Escola sem Partido. As lideranças conservadoras defendem tanto o Escola sem Partido quanto o *homeschooling* e, dessa forma, inferimos que os dois projetos se encontram na esfera do conservadorismo para o campo da educação.

Com essas questões, compreendemos que é preciso reforçar a importância da educação pública. Como frisamos, a realidade que Ravitch (2011) aborda é diferente do contexto brasileiro. Porém, analisamos que a questão do enfraquecimento da educação pública, mesmo que por caminhos diferentes, pertence aos dois países. Dessa forma, concordamos com Ravitch (2011, p. 269), quando afirma:

No presente momento, a educação pública está em perigo. Os esforços para reformar a educação pública estão, ironicamente, diminuindo sua qualidade e ameaçando sua própria sobrevivência. Nós temos que voltar nossa atenção para a melhoria das escolas, injetando nelas a substância da aprendizagem genuína e revivendo as condições que tornam possível a aprendizagem.

O programa *Conta pra Mim* não está preocupado com a educação pública. Na verdade, ele se aproxima mais de uma proposta de privatização da vida. Portanto, o avanço da defesa do *homeschooling* é mais uma tentativa de enfraquecimento da educação pública, retirando do Estado a responsabilidade de garantir ensino público.

Concordamos com Freitas (2018, p. 114), quando afirma que a lógica neoliberal entende que “[...] seu esforço (mérito) define a sua posição social”. Nesse sentido, seguindo esse raciocínio, cabe às famílias formar um conjunto de habilidades para as crianças poderem competir no livre mercado. Diante disso, ressaltamos os perigos de distanciar a alfabetização do espaço público de debate, tendo em vista que é nessa arena dialógica que crenças, “verdades”, concepções e conceitos são constituídos (BAKHTIN, 2011). Logo, corremos o risco de que, com esse programa, a leitura passe a ser entendida como uma simples prática de decodificação e também se torne veiculadora de saberes, práticas e conhecimentos que reforçam o conservadorismo em ascensão no mundo.

Referências

- ALEJARRA, L. E. O. *Dever de escola ou direito de escolha*: uma análise da compulsoriedade escolar. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UniCEBU Universidade de Itaúna, Itaúna, 2017.
- ANDRADE, E. P. *A educação desescolarizada como direito da criança e do adolescente*: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação. 2014. 403 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- APPLE, M. W. *Educando à direita*: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARBOSA, L. M. R. *Ensino em casa no Brasil*: um desafio à escola? 2013. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BASTOS, R. G. *Homeschooling*: uma proposta de escolarização intrafamiliar. 2013. 73 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BRASIL. *Conta pra Mim*. 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- BERNARDES, C. M. *Ensino domiciliar como direito-dever fundamental à educação*: conformação deontico-axiológica dos seus aspectos normativos e principiológicos. 2017. 144 f. Mestrado (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Itaúna, Itaúna, 2017.
- BRASIL. *Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.
- BUSCH, A. E. *Educação institucionalizada*: serviço público inafastável enquanto expressão dos valores comunitários adotados democraticamente. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.
- CARDOSO, N. M. *O direito de optar pela educação domiciliar no Brasil*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016.
- FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. *Alea*, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./fev. 2011.
- FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação*: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAFF, H. J. *Os labirintos da alfabetização*: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- HOLT, J. *Aprendendo o tempo todo*: como as crianças aprendem sem ser ensinadas. Tradução Valther Castelli Jr. Campinas (SP): Versus Editora, 2006.
- ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- KLOH, F. F. P. *Homeschooling no Brasil*: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais. 2014. 232 f. Mestrado (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2014.
- MORTATTI, M. R. L. *A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019)*: uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, p. 26-31, 2019. Edição Especial.

NADALIM, C. *As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa*. Maringá: Edição Alcantara Cursos on-line. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/LucianaLopesCanavez/as-5-etapas-para-alfabetizar-seus-filhos-em-casa>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NOVAES, S. *Homeschooling no Brasil*: um estudo sobre as contribuições do ensino domiciliar no desenvolvimento das competências individuais e na formação educacional. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2017.

PESSOA, A. V. *Práticas pedagógicas na educação domiciliar*: um estudo de caso em Aracaju/SE. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

PIAGET, Jean. *Le droit à l'éducation dans le monde actuel*. In: UNESCO. *Les droits de l'esprit: six études sur les aspects culturels de la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme*. Paris, Unesco, 1950.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano*: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, A. L. *Educação domiciliar ou "lugar de criança é na escola"?* Uma análise sobre a proposta de *homeschooling* no Brasil. 2019. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VASCONCELLOS, M. A. *As representações sociais de escolarização na polêmica acerca da homeschooling*. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

Recebido em: 19/07/2023

Aceito em: 05/10/2023